

Contraproposta em discussão

Após mobilizações nos dias 23 e 24, o MPOG protocolou Ofício junto ao ANDES-SN no qual apresenta sua contra proposta à pauta única do movimento docente

Os dias 23 e 24 de setembro de 2015 foram marcados por atos contundentes, protagonizados pelo CNG-ANDES-SN em Brasília/DF, no Ministério da Fazenda, MPOG e MEC, como forma a exigir do Governo uma resposta à pauta específica do movimento docente.

No dia 23 os docentes realizaram reunião ampliada em Brasília para debater a conjuntura, apontando a necessidade de radicalização no ato do dia seguinte, quando as ações coordenadas pelo CNG-ANDES-SN foram realizadas por docentes e estudantes nos prédios do MPOG e MEC, sendo que neste último os docentes e estudantes, quando representantes do CNG-ANDES-SN, ocuparam a entrada do Gabinete do Ministro da Educação, no 8º andar do prédio, enquanto os demais manifestantes, docentes e estudantes, ocuparam a entrada do MEC, resistindo bravamente a mais agressões físicas da PM.

Sem dúvida, a radicalidade com que o CNG-ANDES-SN empenhou suas ações foi responsável pela realização de reunião do ANDES-SN com o Secretário de Ensino Superior, Jesualdo Farias, com a participação também de estudantes. Nessa reunião, o ANDES-SN reivindicou resposta à Carta protocolada no dia 18/09/2015, com os novos elementos de negociação dos docentes federais em greve. O Secretário mais uma vez destacou que a discussão sobre as questões referentes à reestruturação da carreira e concurso público para docentes devem ser tratadas em mesa setorial no MPOG.

Diante da omissão do MEC em estabelecer negociação com os docentes federais, os manifestantes decidiram que a ocupação continuaria até que fosse agendada reunião com o ministro Renato Janine, arrancando o compromisso do governo de que tal reunião ocorrerá em 05/10/2015 e, então, o prédio foi desocupado.

Na mesma data, o MPOG encaminhou uma contra proposta ao ANDES-SN através do Ofício SEI nº 11976/2015-MP, da mesma forma que ocorreu com outras categorias, reduzindo o parcelamento do reajuste de 4 para 2 anos, mantendo os índices abaixo da inflação (previstos para 2016 e 2017 – 5,5% e 5%, respectivamente) e adiando para agosto a primeira parcela. O Sindicato Nacional então encaminhou, em 26/09/15, Carta nº 204/2015 reafirmando a disposição de negociação nos termos aprovados pela categoria (Carta nº 201/2015, de 18 de setembro),

A avaliação do CNG-ANDES-SN é de que as ações realizadas no MPOG e especialmente no MEC cumpriram um papel importante em nossa luta. O CNG-ANDES-SN avalia, no entanto, que neste momento da Campanha Salarial, a unidade do movimento dos SPF demonstra limites. Algumas entidades já indicaram que irão assinar acordo, em mesas setoriais, o que inclui aceitação do índice apresentado pelo governo, de 10,8% em dois anos, diferentemente do que foi aprovado pelo Fórum. Diante desse cenário, o CNG defende, para além da Campanha Salarial Unificada 2015, a necessidade da manutenção do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e de ações unitárias com o conjunto dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais. Sem as lutas conjuntas os ataques empreendidos serão ainda mais duros e abrangentes.

Ofício SEI nº 11976/2015-MP

Brasília-DF, 24 de setembro de 2015.

Ao
Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES-SN

Assunto: **Proposta do Governo para Negociação 2015.**

Senhor (a) Dirigente,

1. Considerando o posicionamento dessa entidade, expresso na "Carta nº 201/15", de 18/09/2015, alternativamente ao reajuste em 4 (quatro) anos, propomos o seguinte:

1.1 período de vigência do acordo: 2 (dois) anos - 2016 e 2017;
1.2 reestruturação das tabelas considerando uma expansão de 10,8%, sendo 5,5% em 2016 e 5% em 2017;

1.3, a partir das medidas apresentadas pelo Governo em 14 de setembro, os percentuais ficam mantidos nos termos acima citados, tendo alterada apenas a vigência do início da implantação da primeira parcela para 1º de agosto de 2016, mantendo-se a vigência da segunda parcela em 1º de janeiro de 2017. Como os índices são aplicados na remuneração dos servidores, naturalmente estão incluídos ativos, aposentados e instituidores de pensão;

2. No mais, reiteramos a proposta apresentada através do Ofício SEI nº 4595/2015-MP, de 28/08/2015.

3. Aguardamos manifestação desta entidade através dos seguintes contatos: José Borges C. Filho, Coordenador-Geral de Negociações e Relações Sindicais e Vladimir Nepomuceno, Assessor da SRT/MP, pelos telefones 2020 1114/1033/1555.

Atenciosamente,

SÉRGIO EDUARDO ARBULU MENDONÇA

Carta Nº 201/15

Brasília-DF, 18 de setembro de 2015

Excelentíssimo Senhor
Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça
Secretário das Relações do Trabalho SRT-MPOG
Brasília-DF

1- Defesa do caráter público da universidade

1.1- Exigir do Ministro da Educação que assinasse compromisso de não adoção na IFE da forma mercantil de gerenciamento e contratação, através das OS ou formas equivalentes;

1.2- Reversão dos cortes no orçamento, com a garantia dos valores previstos na Lei Orçamentária de 2015 e as suplementações necessárias para garantir a manutenção e investimentos já previstos, levando em conta as demandas pela qualidade do trabalho e estudo, incluindo a assistência e permanência estudiantil;

2- Condições de trabalho

2.1- Concursos: Exigir que o MPOG libere e o MEC apresente cronograma de concurso para as novas vagas, já aprovados em lei: 4.090 para docentes; 150 para o cargo de titular livre e 5091 de STA;

2.2- Obras: Compromisso com cronograma de finalização das obras em andamento e o compromisso de liberação de verbas para novas obras e equipamentos necessários diante da expansão já realizada e projetada pelas IFE;

3- Garantia de autonomia
Revogação da Lei 9192/95 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB) que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (escolha dos dirigentes e composição dos conselhos superiores respectivamente);

4- Reestruturação da carreira e Valorização salarial de ativos e aposentados:

O percentual negociado com o governo deverá ser aplicado à reestruturação da carreira docente, garantida a paridade entre ativos e aposentados, tendo em vista avançar em relação aos princípios e à concepção de reorganização da Carreira, o CNG apresenta os seguintes elementos para negociação.

Nos termos citados acima, o CNG entende que continua, na greve, a luta para se conquistar valores que recomponham os salários corroídos pela inflação e que as correções da estrutura remuneratória se iniciem já em 2016. Para tanto, apresentamos a proposta abaixo e solicitamos resposta da SCSU-MEC e SRT-MPOG.

4.1: Condição a possibilidade de acordo financeiro com vigência para 2016 e 2017 à aceitação, pelo governo, de promover reestruturação inicial da malha salarial dos docentes com parâmetros definidos em termo de acordo e fixados em lei, tendo como referência o índice de 19,7%. Para essa negociação de reestruturação da malha salarial, deve-se partir do piso gerador, que seria o valor do VB para classe A, Auxiliar (MS), DI (EBTT) nível 1, cujo valor é R\$ 2.018,77, buscando a superação dos acastamentos vertical e horizontal atuais

4.2: Na atual negociação manter o piso de R\$ 2.018,77 para possibilitar avanço na reestruturação da tabela de VB com degraus percentuais na sua evolução vertical e na relação entre regimes de trabalho.

No atual processo de negociação, é preciso discernir entre o que se busca avançar agora e o que fica para ser tratado em grupo de trabalho e negociações futuras. No imediato devem ser tratados aspectos estruturantes básicos e a definição do GT precisa ter aspectos conceituais, o que também precisam ser negociados já. A referência básica do CNG para isso deve ser o acordo firmado com o Secretário da SESU em abril de 2014, pois neste GT precisa haver espaço para tratar de questões tais como: carreira única do magistério federal, um único cargo, uma linha só no contracheque, com incorporação da RT, fim de classes e existência apenas de níveis com degraus constantes entre eles, possibilidade de todos os professores se desenvolverem até o último nível da carreira dentro da faixa salarial correspondente à sua titulação, entre outras questões. Isso significa que, na negociação atual da malha salarial, estaremos trabalhando, ainda, com a existência das duas carreiras, com classes e níveis e com VB e RT.

4.3: Considerando-se que ainda existem classes e níveis, negociar degraus, que venham a constar em acordo e em lei, buscando elevar a relação entre piso e teto para cada regime de trabalho, podendo haver diferença para os degraus entre classes e os entre níveis, para reduzir o acastamento vertical, objetivando, ainda a redução da maior variação hoje existente, entre Adjunto nível 4 e Associado (MS) e entre DI nível 4 e DIV nível 1 (EBTT).

4.4: Exigir que os termos de instituição de Grupo de Trabalho proposto pelo governo para tratar da carreira garantam o tratamento das questões estruturantes da proposta do ANDES-SN, conforme acordado com a SESU em abril de 2014.

4.5: Exigir que, a partir de 01/01/2016, o VB para DE corresponda a 1,55 vezes o de 40h e que isto conste de acordo e de lei e que se avance progressivamente na relação entre os VB de 40h e de 20h, até que o de 40h corresponda ao dobro do de 20h no prazo de três anos.

Reiteramos a necessidade de marcar reunião com o Fórum das entidades dos SPF, o mais breve possível com o objetivo de avançar nas negociações da pauta geral da campanha salarial de 2015.

Respeitosamente


Prof. Paulo Marcos Borges Rizzo
Presidente

QUAIS OS AVANÇOS NAS NEGOCIAÇÕES SOBRE A REFORMULAÇÃO DE NOSSA CARREIRA DOCENTE?

Uma boa carreira docente é elemento central para a qualidade da universidade pública, e diz respeito a todos os professores, principalmente aos mais novos que ainda ficarão muito tempo nela. Infelizmente, a atual carreira docente é o resultado dos ataques sofridos ao longo de vários governos, em particular os de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que as universidades viveram anos de aperto, com a asfixia em seus orçamentos, e os professores perderam diversos direitos, tal como os anuênio e o adicional de insalubridade.

No último ataque, em 2012, alterou-se mais uma vez a carreira docente. Foi criada uma nova classe de titular, em que a progressão para ela é realizada por mérito e não mais por concurso. Poderia parecer que foi uma reforma positiva, porém nem tudo eram flores. A lei de 2012 que criou a atual carreira estabeleceu também um reajuste em 3 anos (de 2013 a 2015), em que se privilegiou os professores que estavam no topo da carreira – seus percentuais de reajuste eram maiores que os do início da carreira –, assim os professores mais novos tiveram reajustes bem abaixo da inflação do período.

Essa lei de 2012 criou uma carreira docente sem aposentadoria de servidor público. Ou seja os professores que entraram a partir de 2013 não tem aposentadoria integral, nem parcial, apenas o mesmo tipo de aposentadoria oferecida ao setor privado. Se desejam complementar, devem pagar por uma aposentadoria extra e privada, a Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP).

A carreira docente anterior à lei de 2012 já era bastante distorcida, com os níveis de progressão bastante irregulares. Na nova, as distorções aumentaram ainda mais. Pela primeira vez, um professor com doutorado entra na carreira como Auxiliar I ao invés de Adjunto I, como era anteriormente, com evidente prejuízo salarial. Além disso, os degraus entre as classes e níveis, e as razões entre os regimes de trabalho, não obedecem a nenhum critério regular, são totalmente arbitrários. Por exemplo, a razão entre os regimes de 20 e 40 horas deveria ser de 2, ou seja, qualquer nível no regime de 40 horas deveria ser o dobro do nível equivalente de 20 horas. Na nova carreira, a razão é na média de 1,43, ou seja, o salário de 40 horas é na média 43% maior que o salário de 20 horas. A mesma distorção ocorre entre os regimes de 40 horas e DE (dedicação exclusiva). Por conta de todas essas distorções, o degrau entre os níveis Adjunto IV e Associado I é enorme, representando em muitos casos mais de dois mil reais.

O Andes-SN elaborou uma proposta de carreira docente, a Carreira de Professor Federal, bem organizada e estruturada, já analisada e aprovada pela Adufla em 2010-11 e pela maioria das seções sindicais docentes de todo o Brasil. É possível acessá-la no site do Andes-SN. Nela, a sua estrutura é organizada de forma regular, com os steps entre os níveis e as razões entre os regimes, todos constantes.

Após muitos adiamentos, em 23 de abril de 2014, finalmente a SESu/MEC reuniu-se com o Andes-SN, tendo na mesa o projeto de carreira docente do Andes-SN, e acordou os seguintes termos:

1 - Fixar como conceito no texto da Lei: estruturação em degraus constantes desde o início até o final; percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações; relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da dedicação exclusiva; (a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo sua situação particular quanto ao nível na carreira, articulação e o regime de trabalho).

2 - Definir como conceito no texto da Lei: que o piso organizador da malha de vencimentos, estruturada em decorrência do item anterior, seja o valor fixado para o nível inicial da carreira, do graduado em regime de 20 horas.

Infelizmente, num retrocesso sem precedentes, o MEC negou em 22 de maio de 2015 os termos do acordo firmado, dizendo que os conceitos da carreira acordados não eram mais válidos. Como é possível constatar facilmente, tais conceitos são essenciais para a reformulação da carreira e não pretendemos abrir mão deles.

Além deste, um outro grande problema, desde então, foi o de elaborar uma estratégia metodológica de transição da atual carreira para a carreira de Professor Federal, já que as duas são muito diferentes entre si. Pensando nisso, o CLG/Adufla elaborou uma proposta em julho de 2015, apresentamos e aprovamos em assembleia em 4 de agosto, e posteriormente enviamos para o CNG/Andes-SN. Ela foi bastante debatida, não só pelo CNG, mas por várias outras seções sindicais de outras universidades.

Entretanto, a greve iniciada em 28 de junho de 2015 tinha como estratégia principal a unidade dos servidores públicos federais, em que muitas categorias de servidores federais (são 49 entidades) – desde professores e técnico-administrativos de universidades, passando por servidores do INSS, da saúde, da justiça, etc – pautaram por unificar suas reivindicações salariais num reajuste de 27,3% para todos os servidores. Em 25 de junho, como resposta a eminente deflagração da greve, o governo ofereceu aos servidores uma proposta de reajuste de 21,3% em 4 anos (5,5% 2016, 5% 2017, 4,75% 2018 e 4,5% 2019), que foi rejeitada por unanimidade pelos servidores federais.

Porém, no início de setembro, o Fórum dos Servidores Públicos Federais que congrega todas as entidades dos servidores começou a se fragmentar, com cada categoria começando a negociar separadamente com o governo. Em parte, isso foi resultado do ataque do governo contra os seus sindicatos, com a retirada do financiamento de muitos deles e com corte do ponto de algumas categorias, como a da saúde. Além disso, como contraproposta, o governo ofereceu para várias entidades dos servidores um reajuste de 10,8% em 2 anos (5,5% 2016 e 5% 2017).

Em vista disso, o CNG decidiu então elaborar uma nova proposta que priorizasse a reestruturação da carreira docente, e não mais o índice do reajuste salarial. Sua ideia de transição gradual era baseada na nossa (CLG-Adufla), mas com maior viabilidade operacional para efeito de negociar com o governo os passos da transição. Neste meio tempo, em 15 de setembro, o governo anunciou mais um



Prof. José Monserrat Neto

pacote de medidas de austeridade – o Pacote –, cortando mais 7 bilhões reais da Educação e 3,6 bilhões da Saúde, reduzindo ainda mais a expectativa de um reajuste salarial que reponha, no mínimo, a inflação prevista nos próximos anos.

E as negociações do Andes-SN com o governo? Pois bem, depois de muita pressão, em que foram realizadas manifestações no MPOG e no MEC, em Brasília, o governo finalmente recebeu o CNG/Andes-SN em 28/9 (MPOG) e 29/9 (MEC), e agendaram novas reuniões para avançar as negociações na semana seguinte. Governo comprometeu-se a nos oferecer uma contraproposta de reajuste, que acabou acontecendo apenas um mês depois, em 25/10, com a mesma proposta oferecida para os outros servidores: 10,8% em dois anos, 5,5% em 2016 e 5% em 2017.

Sendo tão pequeno o índice de reajuste da contraproposta do governo, bem abaixo da inflação, quais são as nossas alternativas? O que nós professores da UFLA podemos fazer? Aceitar ou não a contraproposta? Como vamos aceitar e assinar um documento que rebaixa o nosso salário nos próximos dois anos, já que a inflação prevista só para este ano é de quase 10%? Nesse caso, não seria melhor só aceitar, mas sem assinar a contraproposta?

Considero que para aceitar e assinar os 10,8% em dois anos (que é muito ruim!), deveríamos ter algo em troca, de modo a justificar a assinatura desse documento. Entre possíveis condições poderia estar as de: a) que o montante do reajuste linear de 10,8% (em 2 anos) fosse usado pra reestruturar a carreira docente; b) que o governo se comprometa com a criação de uma mesa setorial (grupo de trabalho) para reestruturar a carreira, com cronograma e prazo, de modo que o seu resultado seja transformado em projeto de lei de reestruturação da carreira; c) que a assinatura do documento seja feita mediante o compromisso, por escrito do governo, em não permitir a contratação de servidores por OS durante a vigência do acordo. No entanto, será que nessa altura do campeonato temos força para exigir qualquer uma dessas condições?

Mas então, e a carreira docente? Nesta greve, vejo com clareza que não conseguimos pautar várias reivindicações, especialmente a da reestruturação. Será necessário continuar essa luta.

Prof. José Monserrat Neto (DCC/UFLA)

A RESISTÊNCIA QUE FIZEMOS, FAZEMOS E FAREMOS!

Universidade pública, gratuita, de qualidade, socialmente diversificada e referenciada

*"Quando o muro separa uma ponte une
Se a vingança encara o remorso pune
Você vem me agarrar, alguém vem me soltar
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem
chegando
Que medo você tem de nós, olha aí!"*

(Trecho de Pesadelo, música de Maurício Tapajós / letra de Paulo César Pinheiro gravada no LP Cicatrizes, 1972, do MPB4)

A universidade pública brasileira e, em particular, a universidade federal, conhecida pelo acrônimo IFES- Instituição Federal de Ensino Superior não é a mesma que conheci nos anos 70, época em que a tecnocracia, embalada pela política do "país que vai prá frente" e pelos coturnos e bordoadas dos ditadores, abortava os projetos de construção de um espaço democrático. Sim! Nessa época o que mais incomodava era o fato de que não dispúnhamos de uma instituição que permitisse o debate livre sobre os rumos que a universidade deveria seguir. O autoritarismo que imperava nas IFES não era diferente do que acontecia nas outras modalidades de Instituições de Ensino Superior, fossem elas estaduais, municipais ou privadas. A ditadura amordaçava a todas. Isto é, tentava...pois havia resistência, mesmo que clandestina.

Apesar de algumas políticas expansionistas promovidas pelos militares, aqui e acolá, o que mais movia os corações e mentes das comunidades universitárias era o combate à ditadura: Abaixo a ditadura! era o lema e o grito purificador da pátria. Mas, o que ficou amoitado na história recente, agora contada pós-ditadura, é que não se enfileirava nesse combate toda a comunidade universitária. A luta era empreendida pela militância estudantil. Os protestos, as manifestações, as passeatas e as greves eram conduzidos pelo movimento estudantil. Professores e técnicos, em geral não protestavam, ou por estarem fragilizados pela forte repressão que lhes fora imposta, ou pelo alinhamento ao projeto autoritário. Apenas poucos estudantes que se subvertiam se mobilizavam. Mesmo entre estudantes, muitos eram alinhados com a ditadura militar e não acompanhavam os movimentos, furavam greve, adulavam professores reacionários, deduravam...traíam. Mas, como dizia outro verso na música, acima referenciada, "você me prende vivo, eu escapo morto, de repente, olha eu de novo...". Empreendemos a resistência em defesa de uma universidade livre, democrática e, junto com outros movimentos populares, vencemos! Bem... acabamos com a ditadura militar. Foram os intransigentes na defesa da liberdade que derrubaram o autoritarismo e imprimiram um caráter de liberdade dentro dos campi, o que, convenhamos, aos trancos e barrancos, ainda perdura.

A partir dos anos 80, os papéis começaram a se inverter, principalmente a partir da derrota das "Diretas" e consequente eleição indireta, consentida pelos militares, de Tancredo Neves. Paulatinamente, o protagonismo exercido pelos estudantes na resistência ao caráter anti-democrático da universidade passa a ceder lugar para os docentes e técnicos. A expectativa de um Brasil desenvolvido, rico e justo foi frustrada, tanto pelo entulho autoritário que

insistia a permear nossas instituições, como por sucessivas crises econômicas que afetaram gravemente a sobrevivência e progresso das IFES. Mas, um pouco antes disso, já em 1980, foi deflagrada a primeira greve docente nas IFES, 16 anos após o golpe militar. De lá para cá foram cerca de 1200 dias parados, 18 greves, ou exclusivas dos docentes, ou compartilhadas com os técnico-administrativos, às vezes também com outras categorias dos SPF. Algumas festivamente apoiadas pelos estudantes, outras discretamente, mas gradativamente descolando os interesses da categoria docente da estudantil.

Não se clamava mais por liberdade, mas por salários, condições de trabalho, direitos usurpados, verbas para o financiamento das universidades, contratações de docentes, direitos dos aposentados, contra o desmonte e à privatização da universidade.

Nesses 35 anos de greves docentes sempre pairou sobre os ares universitários as negras nuvens da Terra-média a disparar raios para sua aniquilação. Resistimos à transformação das autarquias em fundações em 1981, à implantação do ensino pago em 1982, conseguimos verbas para as universidades em 1985, o Plano Único de Classificação e Redistribuição de Cargos e empregos em 1987, contratação de centenas de docentes em 1989, barramos o Projeto de Autonomia irresponsável, que não nos garantia autonomia financeira, e o Projeto de Emprego Público em 2000. Conquistamos a abertura de milhares de vagas para docentes em 2001, entre muitas outras conquistas para a universidade. O resultado disso tudo e de muito mais pertence ao povo brasileiro: a universidade é pública!

Mas, nossas disputas não resultaram apenas em louros e glórias. Perdemos muito em nossos salários, no desenvolvimento de nossos trabalhos, em nossa comodidade, em nossa saúde física e mental, em nossas relações sociais e familiares. Fomos vítimas de perseguições e de assédio moral. Mais recentemente, perdemos com a reforma da previdência em 2003, com a criação da classe de Professores Associados em 2005 e com a famigerada lei 12618/2012 que criou o regime de previdência complementar para os servidores públicos, aviltando direitos do servidor público, e com o decreto 7808/2012 que criou a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – FUNPRESP. A expansão da universidade pública, sempre reclamada pelos docentes, também sofreu grande revés quando em 2007 foi implantado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) de forma desordenada e sem a devida discussão intra-muros. Da forma como foi implantado, consequências precarizadoras foram observadas entre e dentro das IFES, criando universidades desestruturadas e agravando ainda mais as más condições de trabalho então existentes.

Essa trajetória de lutas demonstra que nossa categoria tem reivindicações, além da estritamente pecuniária. Preocupamos, sim, com a qualidade do ensino, com o caráter público e gratuito da universidade, com a democracia interna, com o aporte financeiro que a universidade deve receber do governo, com a infraestrutura da universidade, com os nossos atuais e futuros aposentados, entre tantos outros itens. Além disso, discutimos com os principais atingidos por nossas greves, os estudantes, como o movimento lhes afetará de forma imediata, mas



Prof. José Tarcísio Lima

mostramos aos mesmos que eles sempre se beneficiam da nossa constante luta pela garantia de um ensino de qualidade. Somos trabalhadores diferentes: imagine um operário da Ford reivindicando automóveis mais baratos, menos poluentes, mais econômicos..., além de discutirem essas características com os consumidores. Ou os aeronautas debatendo com a população o caos que vai virar o aeroporto, antes de iniciarem a paralização dos voos. Mas, quem garante que em suas pautas, valores além do pecuniário, não estejam também contemplados de alguma forma? Assim somos nós! Nem operários nem aeronautas, mas trabalhadores respeitáveis como eles, cada um com suas armas para lutar, cada um com sua missão e pauta.

Quando os reitores levam suas demandas para Brasília e, muito raramente, voltam com loas às benesses do Estado às parcas conquistas, raramente reconhecem a contribuição que o esforço do movimento social-sindical lhes presta, como verificado na história de nossas lutas.

Evidentemente, nesse período, o que permeia o movimento docente são, principalmente, nossas reivindicações direcionadas à conquista de salários dignos, boas condições de trabalho e a uma carreira bem estruturada, como é fácil relembrar pela greve de 2012 e esta que, praticamente a repete em 2015. Ainda não vencemos esta luta, mas nos posicionamos firmes até a conquista de um futuro de perspectivas estáveis.

Não vivemos no melhor dos mundos, mas a universidade pública que temos hoje, respeitada pelos seus quadros docentes e técnicos, ainda é a melhor que dispomos no Brasil e temos por missão melhorá-la. Com suas mazelas e diversidade estrutural, esta boa universidade é o resultado de décadas de lutas de seus trabalhadores e estudantes. Como o braço armado na defesa de nosso território, vamos continuar defendendo-a dos ataques do incansável polvo privatizador.

A universidade pública, demandada pela sociedade, é, portanto, o resultado da resistência que trabalhadores e estudantes empreendemos, por décadas. Mas é importante que esses atores, motivados pela aspiração social, expressa na Constituição Federal, se posicionem em alerta, na eterna construção da universidade que desejamos para o futuro tanto próximo como distante: uma universidade mais democrática, inclusiva, compartilhada em suas decisões, vigorada por trabalhadores motivados e dignificados em suas missões. E por estudantes com brilho nos olhos, confiantes no processo de sua formação profissional e cidadã.

A universidade do futuro dependerá do que fizermos hoje.

A universidade é nossa!

Prof. José Tarcísio Lima (DCF/UFLA)

Aula Pública - Movimento Grevista

A ADUFLA realizou no dia 22 de setembro, no Salão de Convenções da UFLA, uma Aula Pública sobre o movimento grevista que contou com a participação de representantes do Comando Local de Greve (CLG), SindUFLA (Técnicos-Administrativos), APG/UFLA (Pós-Graduação) e DCE/UFLA (Graduação).

A proposta para a realização do ato surgiu da necessidade de um diálogo maior com a comunidade em geral na busca de esclarecer dúvidas e corrigir distorções sobre o movimento junto à opinião pública.

Após a abertura, a representante do DCE/UFLA, Bruna Alvarenga Pontes, esclareceu sobre o posicionamento da entidade diante do movimento enquanto representante dos discentes da instituição. Na sequência, o prof^o José Eduardo Figueiras falou sobre a questão do Abono Permanência, atualmente em discussão no Congresso Nacional, que analisa a PEC 139/2015 que acaba com tal benefício dos servidores públicos e que faz parte do pacote de ajuste fiscal do Governo Federal.

Em seguida, os professores Catarina Dallapicula e José Monserrat Neto abordaram a defesa da universidade pública e gratuita e o financiamento das instituições, um dos eixos de luta do movimento docente defendido pelo ANDES-SN.

Na sequência, a dívida pública e o orçamento da união foram os temas abordados pelos professores Francisval de Melo Carvalho (DAE) e Roberto Alves Braga Júnior (DEG), num análise abrangente sobre a gestão dos recursos pelo Governo Federal.

O prof^o Daniel Augusto Pereira e o técnico Denilson Carvalho falaram em seguida sobre a campanha de valorização salarial dentro da pauta de reivindicações dos Servidores Públicos Federais e das reivindicações específicas de cada uma das categorias.

A reestruturação da carreira, um dos principais eixos de reivindicação do movimento docente, teve abordagem do prof^o Luís Cláudio Paterno



Silveira, que detalhou a proposta formatada pelo prof^o Júlio Bueno S. S. Bueno Filho e que está na pauta do Comando Nacional de Greve (ANDES-SN). Já Rossano Botelho falou sobre a falta de uma carreira definida para dos técnicos-administrativos e os desafios do movimento grevista da categoria.

A pauta interna de reivindicações foi o tema apresentado pelo prof^o Marcelo de Carvalho Alves, que trouxe as demandas levantadas a partir de enquete realizada entre os docentes e posteriormente discutidas em grupos de trabalho, o que resultou no documento final que foi protocolado junto à direção da Universidade Federal de Lavras

(UFLA).

Por fim, o representante da APG/UFLA, Iberê Martin, fez uma análise da conjuntura política, econômica e social do país, além de trazer o posicionamento da Associação de Pós Graduação.

Encerrados as falas dos representantes das entidades participantes, o ato abriu espaço para a participação de inscitos, num debate sobre os pontos abordados durante o evento e também de novas questões levantadas pela plenária.

A Aula Pública promovida pela ADUFLA foi registrada em vídeo e está disponibilizada na íntegra na página da entidade no facebook.

Pauta Interna dos docentes ainda sem resposta da direção da UFLA

O Comando Local de Greve (CLG) aguarda um posicionamento da direção da Universidade Federal de Lavras (UFLA) quanto à pauta de reivindicações internas levantadas pelos docentes durante as assembleias, reafirmadas após enquete realizada na internet e discutidas em grupos de trabalho na forma de seis eixos temáticos.

O resultado do trabalho foi protocolado pelo CLG através do Ofício 05/2015, em 31 de agosto, contendo de forma detalhada todas as demandas. O documento solicitava ainda uma audiência com o Reitor da instituição, prof^o José Roberto Soares Scolforo, mas, passados 30 dias, não houve agendamento da reunião por parte da direção da UFLA.

A Pauta Interna foi sistematizadas em seis eixos temáticos:

1 - Burocratização excessiva - Diz respeito ao excesso de atividades burocráticas, muitas delas redundantes, o que tem prejudicado o desempenho dos docentes.

2 - Judicialização das Demandas - Refere-se a todos os problemas administrativos que ferem direitos legais de docentes, técnicos e estudantes, como insalubridade, adicional noturno, vale transporte, tratamento da administração para reposicionamentos de carreira e aceleração da promoção, que têm de ser resolvidos via judicial ao invés de terem solução administrativa.

3 - Infraestrutura do Campus - Problemas de

infraestrutura física do Campus decorrente do crescimento desde o REUNI, como a falta de planejamento com o usuário final.

4 - Infraestrutura para Apoio ao Ensino - Problemas na infraestrutura para Apoio ao Ensino também decorrem do REUNI.

5 - Centralização de Gestão - Falta de transparência decorrente da centralização e falta de mecanismos para o engajamento efetivo dos docentes em decisões de gestão.

6 - REUNI - Problemas na adequação dos recursos humanos e questões pedagógicas que promovam um atendimento mais satisfatório diante da expansão oriunda do programa do Governo Federal.